O silêncio que já não decide



» GUILHERME FRIZZERA
Doutor em relações internacionais pela UnB e coordenador do bacharelado em relações internacionais da Uninter

Em 2022, a Casa Branca levou pouco mais de meia hora para reconhecer a vitória de Lula. Quatro anos depois, o resultado já havia sido reconhecido por diversos governos antes de qualquer reconhecimento oficial de Donald Trump. O premiê canadense Mark Carney, em guerra comercial com Washington, cumprimentou o presidente reeleito, assim como Santiago Peña (Paraguai), Daniel Noboa (Equador), Keiko Fujimori (Peru) e José Antonio Kast (Chile), lideranças de diferentes orientações políticas, algumas próximas de Trump. China, Índia e União Europeia fizeram o mesmo. A novidade não está na demora norte-americana, mas no fato de que os demais não esperaram por ela.

Seria um erro concluir que a legitimidade de uma eleição depende de felicitações estrangeiras. Os brasileiros votaram, e a Justiça Eleitoral proclamou o vencedor. As mensagens diplomáticas operam em outro plano, porque indicam quem será tratado como interlocutor nas relações entre Estados. Quando o resultado é contestado internamente, um reconhecimento amplo e rápido cria uma expectativa difícil de desfazer, e cada governo que passa a agir com base nela aumenta o custo de sustentar que a disputa continua aberta.

Durante décadas, a posição norte-americana teve peso singular na definição do que era politicamente normal no hemisfério. Washington nunca teve autoridade sobre eleições alheias, mas seu apoio, sua hostilidade ou sua ambiguidade condicionavam a conduta de outros governos. Desta vez, a demora da potência não suspendeu a rotina diplomática, e o reconhecimento se formou por caminhos que não passam por uma única capital.

Não houve uma frente ideológica em defesa de Lula. A proximidade com Trump não levou presidentes conservadores a imitar seu silêncio, e o conflito comercial com Washington não fez do Canadá um aliado político do Planalto. A ausência de manifestação do governo argentino, liderado por Javier Milei, contrasta com a postura de outros governos conservadores. Cada governo decidiu segundo seus interesses, e é isso que dá peso à convergência. Países que divergem em quase tudo encontraram, cada um por sua conta, razões para preservar suas relações com o Brasil.

Esse comportamento expõe uma fonte de poder pouco considerada. O Brasil não é uma potência hegemônica, mas tampouco pode ser excluído das equações internacionais sem custo. Seu peso no comércio de alimentos, na transição energética, nas negociações climáticas e nos arranjos do Sul Global faz dele um parceiro que interessa a atores que competem entre si. Nesse caso, a autonomia brasileira não vem da capacidade de impor a própria vontade, mas do preço que outros pagariam para transformar uma disputa doméstica em isolamento diplomático.

A conduta dos governos estrangeiros contrasta com a tentativa de internacionalizar a contestação. Flávio Bolsonaro anunciou que buscaria anular o resultado, e Eduardo Bolsonaro pediu, em inglês, que atores estrangeiros deixassem de reconhecê-lo e pressionassem o país. Aparece aí uma contradição da política externa populista, que invoca a soberania nacional enquanto procura no exterior uma autoridade capaz de desautorizar o procedimento pelo qual essa soberania se exerce. O nacionalismo passa a depender de um veto importado.

Para funcionar, essa estratégia precisaria converter simpatias estrangeiras em dúvida internacional sobre o resultado. Quando países rivais e governos de orientações opostas reconhecem a vitória por razões próprias, fica difícil apresentar a contestação como controvérsia diplomática. A solidariedade transnacional da direita radical encontra, então, um limite menos moral do que estrutural, porque as relações entre Estados não se reorganizam segundo lealdades entre movimentos políticos.

Nada disso significa que os Estados Unidos tenham perdido capacidade de pressão, nem que felicitações protejam o Brasil de tarifas, sanções ou barganhas assimétricas. Poder material e autoridade para definir o que os outros tratam como fato político são coisas distintas. Washington pode influenciar decisões brasileiras sem conseguir, por si só, tornar provisório um resultado que outros países já incorporaram às suas relações com Brasília.

Talvez, seja assim que a mudança da ordem internacional se torna visível, antes de aparecer em tratados ou em confrontos entre potências. Ela surge quando um Estado não hegemônico, mas relevante para agendas concorrentes, deixa de depender de uma chancela central para ter sua continuidade institucional reconhecida. A vitória de Lula foi decidida nas urnas, mas as reações a ela mostraram que uma potência pode conservar o poder de punir um país sem conseguir, sozinha, definir como o resto do mundo deve tratá-lo. A palavra de Washington ainda importa, mas já não é a primeira nem a que decide.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



A tecnologia que inclui: letramento digital como condição para transformar o SUS



» **FÁTIMA SOUSA**
» VALÉRIA MENDONÇA
» KATARINNE L. MORAES
Professoras da Universidade de Brasília (UnB)

O avanço das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no Sistema Único de Saúde deixou de ser uma projeção de futuro. Prontuários eletrônicos, telessaúde, aplicativos e sistemas de informação já integram a rotina dos serviços. A questão não é mais se o SUS será digital, mas como garantir que essa transformação produza cuidado, acesso, equidade e autonomia?

Essa pergunta ganhou novo peso com a Política Nacional de Informação e Saúde Digital (PNISD), instituída pelo Ministério da Saúde em outubro de 2026. Ao reconhecer a transformação digital como elemento estruturante do SUS, a política coloca o cidadão no centro do cuidado, amplia a inclusão e o letramento digital e incorpora a soberania digital entre seus princípios.

O letramento digital em saúde não se reduz ao domínio de equipamentos ou aplicativos. Envolve acessar, compreender, avaliar e utilizar informações e tecnologias de maneira crítica, ética e segura. Na Atenção Primária à Saúde, significa transformar dados em decisões, reconhecer informações confiáveis, proteger dados pessoais e apoiar o usuário em sua jornada digital. Sem esse preparo, a tecnologia pode criar mais barreiras.

É nesse contexto que o Estudo Nacional sobre fatores formadores da Inclusão e Letramento Digital dos profissionais da Atenção Primária à Saúde vem produzindo evidências no país. Com quase 4 mil participantes, os dados mostram que 97,4% acessam a internet por smartphone e, para 70,2%, ela já integra a rotina de trabalho. O acesso, porém, não resolve sozinho o problema.

A aplicação da versão brasileira da eHEALS revela um paradoxo: os profissionais relatam capacidade para encontrar e utilizar informações digitais, mas demonstram menor segurança quando precisam apoiar decisões a partir delas. Estar conectado não significa estar preparado para decidir em ambientes digitais.

Esse achado ganha relevância diante da PNISD. A política determina que a saúde digital seja incorporada à formação e à educação permanente e prevê ações de letramento em âmbito nacional. Também orienta a redução das desigualdades territoriais e digitais e a qualificação da infraestrutura e da conectividade, o que torna a responsabilidade compartilhada entre profissionais, gestores e instituições.

As diferenças regionais encontradas no estudo reforçam essa perspectiva, pois não é razoável exigir o mesmo desempenho digital de trabalhadores submetidos a condições desiguais de conectividade, infraestrutura, suporte técnico e organização do trabalho. O letramento digital também é organizacional, uma vez que os serviços precisam oferecer condições para aprendizagem, uso seguro das ferramentas e participação na construção das soluções.

Por isso, treinamentos pontuais não bastam; a educação permanente em saúde digital deve considerar as condições de trabalho e as necessidades dos territórios e, ainda, incorporar proteção de dados, qualidade da informação, enfrentamento à desinformação, uso responsável da inteligência artificial e capacidade crítica para avaliar tecnologias. Assim, a PNISD avança ao prever governança, supervisão humana e gestão de riscos para aplicações de inteligência artificial no SUS.

A soberania digital amplia esse debate por meio dos dados de saúde, sistemas de informação e infraestruturas digitais como ativos estratégicos. Transformar digitalmente o SUS também implica fortalecer a capacidade nacional de governar esses recursos, proteger informações sensíveis, reduzir dependências tecnológicas e estimular pesquisa e inovação orientadas pelo interesse público. Letramento digital e soberania não são agendas separadas: exigem pessoas e instituições capazes de compreender e avaliar as tecnologias que passam a mediar o cuidado.

O desafio alcança também as universidades, uma vez que a formação em saúde precisa preparar futuros profissionais para trabalhar com informação, dados e tecnologias sem dissociá-los da ética, da comunicação e do cuidado. As ferramentas mudarão, mas a capacidade de avaliar evidências e tomar decisões responsáveis terá de permanecer, devendo a mesma formação alcançar os usuários do SUS, cujo protagonismo na transformação digital é reconhecido pela nova política.

A transformação digital não se mede apenas pela quantidade de sistemas implantados ou pelo volume de dados interoperáveis, mede-se também pela capacidade de pessoas e organizações utilizarem esses recursos para produzir cuidado, decisões mais seguras, acesso equitativo e autonomia pública sobre informações essenciais.

A PNISD oferece um marco para transformar conexão em capacidade, dados em conhecimento e tecnologia em cuidado e, ao incorporar a soberania digital, amplia também o horizonte dessa transformação. O próximo passo é fazer do letramento digital uma política cotidiana de formação, gestão e participação social, porque a tecnologia só inclui quando quem cuida e quem é cuidado conseguem compreendê-la, utilizá-la e questioná-la.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

Emergências globais estariam a caminho

Em abril, a Bélgica lançou uma campanha de quatro anos pedindo que cada lar seja capaz de se virar sozinho por pelo menos 72 horas. Em outubro, o Reino Unido fez o mesmo, com a campanha "Be Ready". Nos Estados Unidos, a Fema dedicou setembro de 2026 à preparação nacional sob o lema "Americans Stand Ready", tratando a prontidão como dever cívico e patriótico. Quando tantos governos, quase ao mesmo tempo, orientam o cidadão a encher a despensa, é natural que muita gente se pergunte o que eles sabem e não contam.

Resposta honesta

Depois de examinar o que as próprias autoridades publicaram, há indício de que exista um evento específico e iminente sendo ocultado da população. Convém a ressalva: uma pesquisa só alcança o que é público, e a ausência de prova não é prova de ausência.

Panorama

Comecemos pela Europa. A Estratégia da União de Preparação, apresentada em 26 de março de 2025, pede que a população mantenha suprimentos para no mínimo 72 horas, prevê aulas de preparação nas escolas e cria um Dia Europeu da Preparação. Cada país detalha o seu roteiro, e a Suécia recomenda ao menos uma semana. Ao lançar que níveis de ameaça militar estão aumentando sua campanha, o governo britânico a associou a tempestades, calor intenso, seca e incêndios florestais, e fez questão de dizer que não se trata de aviso de emergência nacional iminente. O ministro da Segurança, Dan Jarvis, argumentou que famílias preparadas aliviam a pressão sobre as equipes de socorro. Em Bogotá, onde os simulacros tratam de sismos, incêndios e ondas de calor, os especialistas repetem o mesmo ponto: ter um kit não significa que uma catástrofe esteja a caminho.

Sem ingenuidades

O caso americano merece um parágrafo à parte, porque é o que mais alimenta a suspeita de que "algo grande" esteja em curso. Os fatos, porém, são mais prosaicos. O Mês Nacional de Preparação existe desde 2004 e se repete todo setembro; o que mudou em 2026 foi a retórica, que passou a enfatizar a responsabilidade individual, os "passos simples e acessíveis" e o dever patriótico. Há, ao mesmo tempo, um clima de apreensão real na opinião pública: uma pesquisa da NewsNation e da Decision Desk HQ mostrou que os eleitores americanos estão amplamente preocupados com a possibilidade de um ataque nuclear na próxima década. Governo e público parecem, portanto, reagir ao mesmo ambiente de risco, e não um ao outro. Não é exatamente tranquilizador, mas também não é revelação de segredo.

Expressão

Nada disso torna as campanhas imunes à crítica. Há, ao menos, quatro objeções sérias. A primeira é de comunicação: pedir estoque sem explicar o porquê cria um vácuo, e boatos preenchem vácuos. Chamar a preparação de "dever patriótico" sem dizer patriótico em relação a quê alimenta justamente a desconfiança que se quer evitar. A segunda é de justiça social: um kit para 72 horas custa dinheiro e exige espaço, e pesquisadores já apontam desigualdades de acesso entre famílias e regiões. A terceira é política: analistas questionam se o tom alarmista sobre a Rússia não serve também para justificar orçamentos militares maiores, como o aumento de gastos anunciado pela Suécia. A quarta é estrutural: a prontidão individual não substitui hospitais, redes elétricas, abrigos e sistemas de alerta que funcionem. Transferir ao cidadão a tarefa de resistir três dias não pode ser um modo de o Estado se eximir de garantir o resto.

Dupla conclusão

Preparar-se é prudente, e entrar em pânico não é útil. Quem monta um kit com água, comida, remédios, lanterna e cópias de documentos não está apostando no apocalipse, mas fazendo o equivalente doméstico de um seguro. Ao mesmo tempo, o cidadão tem o direito de exigir transparência: que os governos expliquem quais riscos concretos os preocupam, o que o Estado fará por conta própria e o que espera de cada um. Um poder público que pede às pessoas que confiem em si mesmas por três dias deve a elas a confiança de dizer por quê.

A frase que foi pronunciada

"Um senso de urgência surge de uma forte conexão com o presente"

Robert Greene

História de Brasília

Irritado com o atendimento a tanta gente por dia, o vizinho do deputado goiano pôs na porta o seguinte aviso: "A quem interessar possa. Nada sei sobre a vida, destino, rumo, roteiro do sr. Anísio Rocha. Favor não usar a campainha, se for para tratar disso".
(Publicada em 27/5/1962)